



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

CADERNO DE ENCARGOS

"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ESPECIALIDADES PARA A EMPREITADA DE REFORÇO DO MURO SUL E PAVIMENTOS ADJACENTES NA PRAÇA DA REPÚBLICA"



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I | Disposições Gerais

Cláusula 1.^a | Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE EXECUÇÃO DE ESPECIALIDADES PARA A EMPREITADA DE REFORÇO DO MURO SUL E PAVIMENTOS ADJACENTES NA PRAÇA DA REPÚBLICA", em conformidade com as especificações técnicas constantes do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a | Contrato

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.^a | Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO II | Obrigações Contratuais

Secção I | Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I | Disposições Gerais

Cláusula 4.^a | Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de execução dos serviços identificados na sua proposta;
 - b. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
 - c. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato.
 - d. Os serviços objeto do contrato devem ser entregues quando concluídos, não existindo faseamento para a sua entrega
2. O prestador de serviços obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;

Cláusula 5.^a | Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, no mínimo 4 reuniões de coordenação com os representantes do Município de Vila do Conde.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 6.^a | Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. Após a entrega dos elementos referentes à execução do contrato, o Município de Vila do Conde procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Vila do Conde toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise do Município de Vila do Conde a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos, o Município de Vila do Conde deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Conde, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município de Vila do Conde procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise do Município de Vila do Conde a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos, pode ser emitida, após o termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Município de Vila do Conde. Se nada for comunicado em contrário, consideram-se aprovados 30 dias seguidos após a sua entrega.
7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

e requisitos técnicos previstos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.^a | Prazo da prestação do serviço

Os serviços deverão ser prestados nos seguintes termos:

- a) Após a celebração do contrato, num prazo de 30 dias, deverão ser entregues e aprovados os estudos prévios;
- b) Após a aprovação dos estudos prévios, num prazo de 30 dias deverão ser entregues todos os projetos de execução;
- c) A assistência técnica deverá ser prestada em conformidade com o disposto no art. 9º da Portaria nº 701-H/2008

Cláusula 8.^a | Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Vila do Conde em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código de Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II | Dever de sigilo

Cláusula 9.^a | Objeto do dever de sigilo

1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Vila do Conde, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a | Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II | Obrigações do Município de Vila do Conde

Cláusula 11.^a | Preço base e Preço contratual

1 – Para efeitos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, o preço base é de **72.000,00 € (SETENTA E DOIS MIL EUROS)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila do Conde deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Vila do Conde.

Cláusula 12.^a | Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pelo Município de Vila do Conde, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias, após a receção pelo Município de Vila do Conde das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, nos seguintes termos:

- A) 30% do preço contratual após a entrega e aprovação dos estudos prévios;
- B) 55% do preço contratual após a entrega final dos projetos de execução e elementos complementares;



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

C) 15% durante as fases de assistência técnica.

3 – Em caso de discordância por parte do Município de Vila do Conde, quanto ao valor indicado nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 – Desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência bancária.

CAPÍTULO III | Penalidades contratuais e Resolução

Cláusula 13.^a | Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento das datas e prazos de execução do contrato, o Município de Vila do Conde pode exigir do adjudicatário o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa até 1% do valor do contrato, por cada dia de atraso.

2 – Poderá ainda o Município aplicar sanções pecuniárias pelo incumprimento de outras especificações definidas para a execução do contrato, não podendo o valor acumulado das mesmas exceder 5% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Câmara Municipal de Vila do Conde devida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 10%, de acordo com o definido no artigo 329º do Código dos Contratos Públicos.

3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Vila do Conde terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

4 – A Câmara Municipal de Vila do Conde pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Vila do Conde exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do adjudicatário.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 14.^a | Resolução por parte do Município de Vila do Conde

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Vila do Conde pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 15^a | Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueio internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normais legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada e justificada à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecimento da situação.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO IV | Resolução de litígios

Cláusula 16.^a | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO V | Disposições finais

Cláusula 17.^a | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a | Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a | Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a | Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Cláusula 21.^a | Disposições por que se rege a prestação de serviços

- 1- As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos quem dele fazem parte;
- 2- O código dos contratos públicos (CCP).
- 3- A portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho que aprova as instruções para a elaboração de projetos de obras;
- 4- A lei 31/2009 de 03 de julho, na redação que lhe foi dada pela lei nº 40/2015 de 01 de junho que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos e os deveres que lhes são aplicáveis;
- 5- As especificações técnicas e instruções dadas pelo município de Vila do Conde para além das normas e disposições legais aplicáveis;
- 6- O Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e demais legislações de segurança e saúde do trabalho aplicável;



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

- 7- Os demais diplomas legais e regulamentares em vigor e que se relacionem com os serviços a prestar no âmbito do contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Âmbito da prestação de serviços

- 1.1. A programação e coordenação do Projeto e a Elaboração dos projetos de execução de especialidades, de acordo com a Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho, para o "Reforço do muro sul e pavimentos adjacentes na praça da República", e deverá possuir como objetivos fundamentais norteadores da proposta:

1.2. A Elaboração dos Projetos tem por base os seguintes parâmetros:

- a) A prospeção geotécnica, o levantamento topográfico e arquitetónico da situação existente, serão fornecidos pelo município de Vila do Conde;
- b) todas as condicionantes legais referentes aos projetos de especialidades.
- c) as recomendações que o Município de Vila do Conde entenda introduzir nas fases subsequentes.

1.3. Os projetos a desenvolver compreenderão, no mínimo, sem prejuízo de outros julgados pertinentes pelo adjudicatário, dos seguintes projetos independentes e elementos complementares:

- 01. Projeto de Estabilidade e Contenção periférica.
- 02. Pavimentações

1.4. E tem como Fases:

- a) Aprovação dos estudos prévios – 30 dias;
- b) Entrega final de todos os projetos de execução - 30 dias;



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

c) Assistência técnica.

1.5. O Projeto de Execução de Especialidades deverá compreender a seguinte estrutura:

1.5.1. Elementos que integram o projeto de execução

Cada um dos projetos de execução é composto pelos elementos constantes na Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho.

1.5.2 Assistência Técnica

Na fase de Assistência Técnica à Obra será realizada de acordo com o previsto no Artigo 9.º da Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho.

1.6. Apresentação

1. Para cada um dos projetos referenciados no número anterior deverá ser entregue 1 cópias em papel, devidamente dobrados, e devidamente assinadas pelos autores dos projetos. Na entrega final será assinado por ambas as partes o respetivo termo de receção.
2. Cada um dos projetos deverá ser entregue em suporte informático (CD), contendo todas as peças escritas em formato Word, Excel e PDF e todas as peças desenhadas em Autocad (dwg) e em DWF; com respetivo índice de todas as peças, organizados em pastas e subpastas de acordo com os princípios definidos pelo município.

1.6.1. Outros elementos

1. O adjudicatário obriga-se a garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis garantindo a conformidade com as exigências das Entidades Externas e o licenciamento junto das Entidades que o exijam, incluindo todos os pareceres necessários em todas as especialidades.
2. No âmbito da prestação destes serviços incluem-se todas as ferramentas necessárias à execução global do projeto.

2. Local da Prestação dos Serviços

2.1. Os serviços objeto da contratação serão prestados quer nas instalações do Município de Vila do Conde quer nas instalações do adjudicatário.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

2.2. Na prestação do serviço, o adjudicatário deve proceder à estrita articulação com os técnicos municipais responsáveis nas áreas de trabalho respetivas, nomeadamente através de visitas técnicas e de reuniões de trabalho.

3. Requisitos Metodológicos

Os convidados deverão apresentar:

- 3.1. Descrição do cronograma global da execução do projeto, com a descrição do plano de trabalhos e a identificação dos trabalhos / tarefas concretas a desenvolver em cada fase e da estrutura, composição funcional e habilitações da equipa a afetar à realização dos trabalhos, com a indicação das responsabilidades associadas a cada elemento da equipa, das etapas e tarefas do projeto em que participarão esses elementos e do tempo e periodicidade de dedicação que terão;
- 3.2. Memória Descritiva e Justificativa onde deverá indicar a forma de desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do projeto;
- 3.3. Mapa com indicação do valor estimado e percentagem de cada especialidade em função do valor total estimado para a obra;
- 3.4. Preço global da prestação onde especifique o preço e percentagem por especialidade.



Figura 1 - Planta de Localização



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL



Figura 2

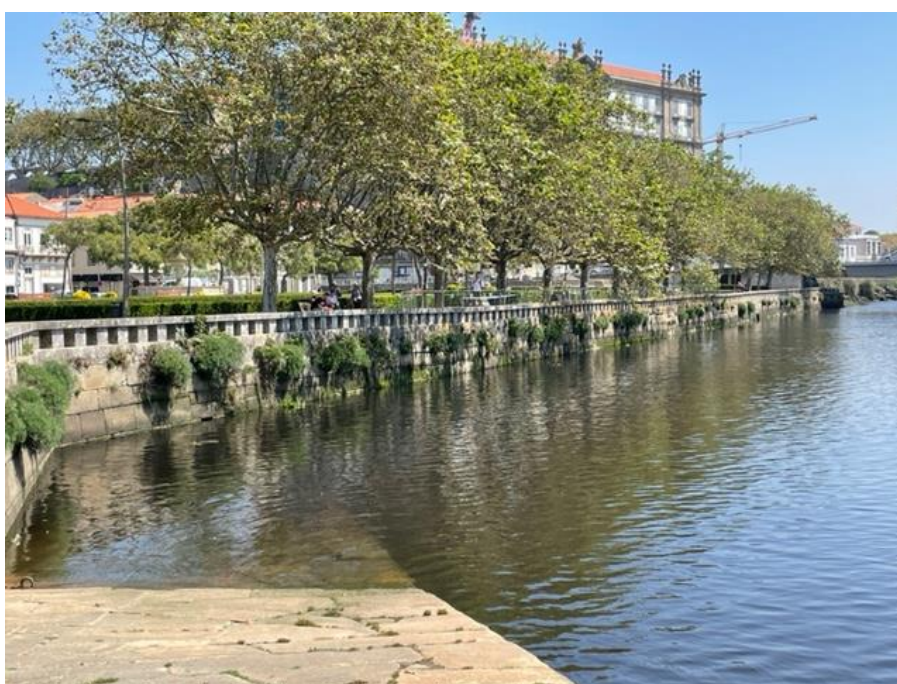


Figura 3



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

O muro sul da praça da Praça da República, que delimita a praça do Rio Ave, apresenta sinais de instabilidade visíveis nas fissuras e assentamento do pavimento existente.

Pretende a CM de Vila do Conde proceder à estabilização do muro e pavimentos adjacentes.

Sem prejuízo de outra solução que entendam os concorrentes seja mais eficiente, propõe-se que esta estabilização seja feita através do reforço por micro-estacas executadas nas costas do referido muro, sobre o qual se apoiarão maciços de betão armado.

Vila do Conde, 27/09/2022

O Presidente da Câmara Municipal

Vítor Costa, Prof. Doutor